

Apresentação

Cosmopolitismo, Antiutilitarismo e Pós-colonialidade. O título deste número da REALIS possibilita algumas hipóteses acerca do seu conteúdo: processos de globalização, diálogos interculturais, relações internacionais, etc. De fato, trata-se de uma compilação de artigos que abordam a genérica noção de cosmopolitismo a partir de temas e perspectivas diversas, porém que em todos os casos, envolvem reflexões inovadoras e cujas interfaces, dinamizam os debates antiutilitaristas e pós-coloniais contemporâneos. Este número foi concebido a partir de algumas discussões que foram suscitadas durante o evento Pré-ALAS Recife 2014, organizado pelo NESG (Núcleo sobre Epistemologias do Sul Global), grupo de pesquisa cadastrado no CNPq e que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Vale salientar que este evento contou com a participação de pesquisadores de dez países latino-americanos.

Parte significativa destas citadas discussões evidenciou a relevância de dedicar uma edição da revista à temática do cosmopolitismo, cujas interfaces são, na atualidade, pertinentes nos quatro cantos do mundo. Trata-se do nono número desta que é uma revista que vem sendo reconhecida nacional e internacionalmente, principalmente pelo cerne epistemológico que circunscreve suas diretrizes editoriais, isto é, o antiutilitarismo e a pós-colonialidade. Nós gostaríamos de agradecer a todas e todos que contribuíram para a consecução deste número: autoras e autores, membros do comitê editorial e científico da REALIS, pareceristas e também ao Secretário de Redação Éder Leão.

A imagem que ilustra é uma intervenção artística coletiva concebida e organizada pelo artista francês JR em parceria com os moradores do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, considerada a primeira favela brasileira. Denominada “Os olhos da favela”, a obra traz o rosto de Dona Benedita, avó de um dos três jovens assassinados após serem presos por militares e entregues para traficantes num episódio de violência urbana que marcou o país no ano de 2008. O rosto de Dona Benedita na escadaria e o caso que envolveu seu neto assassinado representam dimensões sócio-antropológicas que circunscrevem os artigos desta coletânea: resistência, conflito, arbitrariedade, indignação e esperança. Ou seja, a imagem e seus conteúdos semióticos não são meramente ilustrativos, pois dialogam pertinentemente com as reflexões que são apresentadas pelos artigos.

Esta edição da REALIS objetiva dinamizar e atualizar as reflexões antiutilitaristas e pós-coloniais tendo como eixos norteadores das análises, a genérica e polissêmica noção de

cosmopolitismo. Esta constitui uma edição trilingue, com textos em português, em castelhano e em francês, e que foi organizada por uma brasileira, um costarricense e um hispano-brasileiro. Os debates desta edição se iniciam com o texto “Cosmopolitismo, Antiutilitarismo e Pós-Colonialidade: Interfaces, possibilidades e perspectivas”, de autoria de Ana Flávia Andrade de Figueiredo, Marcos de Araújo Silva e Willy Soto Acosta. Como o título sugere, o texto reflete as controvérsias, limites e possibilidades que são constituintes e que subjazem tais dimensões epistêmicas.

Em seguida, Paul Cary e Paulo Henrique Martins nos trazem o instigante texto “L’Économie Solidaire, une institutionnalisation encastrée dans les imaginaires du développement a l’ère de la mondialisation”. Com base em dados etnográficos, documentais e bibliográficos, os autores analisam comparativamente como os processos sociais relacionados à noção de economia solidária foram institucionalizados nas últimas décadas no Brasil, na França e na Bolívia e se relacionam com as particulares concepções através das quais estes três Estados operacionalizaram seus distintos modelos de “desenvolvimentos” econômicos. Além das particularidades com que cada Estado buscou “se desenvolver”, o artigo é pertinente por revelar como estas especificidades podem ser concatenadas epistemologicamente e, com isso, colaborar numa compreensão globalizada e transnacional sobre os processos de economia solidária no mundo contemporâneo.

O artigo seguinte, de Carmelo Cattafi, analisa o conceito de cosmopolitismo na atualidade considerando como algumas contribuições teóricas recentes aproximaram-se da Ciência Política e que implicações estes processos trouxeram para a aplicabilidade do conceito em si nas ciências sociais. O autor é perspicaz ao refletir que a busca por um “sistema político ideal” foi e continua sendo circunscrita tanto por apropriações tendenciosas de ideais “cosmopolitas”, quanto por estratégias de resistência, que visavam relativizar as categorizações que se pretendiam hegemônicas e que, obviamente, não davam conta da heterogeneidade sociocultural e econômica pela qual estavam atravessando diversas realidades políticas mundo afora.

Sujata Patel e Vishal Jadhav contribuem com esta edição apresentando um artigo que examina como a sociedade indiana está organizando os seus processos de democratização: relacionando-os com os discursos sobre cidadania e desigualdades/exclusões, juntamente com o papel desempenhado pelo Estado capitalista na mediação e na execução do poder. O texto “Discursos sobre Justiça Social, Desigualdades e Democracia na Índia. questões e desafios” analisa períodos históricos distintos durante o século XX até a atualidade para refletir como os

discursos outrora desenvolvimentistas e agora neoliberais, falharam em tentar garantir uma “Índia para todos”, já que as populações mais marginalizadas deste país asiático sofreram e ainda sofrem com a falta de sensibilidade das políticas de proteção social. Por conta dos entraves impostos pelo neoliberalismo e pelas influências de ideais “cosmopolitas” que não foram minimamente adaptados à historicamente complexa realidade indiana, tais políticas não conseguiram criar mecanismos eficazes para conceder cidadania e pleno reconhecimento aos segmentos etnicamente e socioeconomicamente diferenciados da população.

Na sequência, Glorianna Rodríguez Álvarez, em seu artigo intitulado “Derechos Descolonizados: Una constitución pluriversal en Bolivia”, analisa como a transformação do marco jurídico-constitucional boliviano, que visava proteger os direitos de “todos os seres vivos”, potencializou valores “pluriversais”, isto é, baseados no reconhecimento da diversidade dos povos indígenas, historicamente invisibilizados. A autora traz dados documentais e etnográficos que lhe permitem refletir esta mudança como um processo social inovador não apenas no âmbito dos direitos humanos, mas também de promoção da decolonialidade. Isso porque tal processo permitiu que os movimentos sociais redefiniram, a partir de seus próprios parâmetros, interesses, necessidades e cosmologias, o imaginário coletivo da plurinacional sociedade boliviana.

Ana Flávia Andrade de Figueiredo, por sua vez, contribui com esta edição com o texto “Sobre um Percurso Transcultural: aprofundando experiências de viagem”. Neste artigo, a autora reflete sobre como o homem, ao aprofundar suas experiências de viagem, poderia contribuir para uma verdadeira mudança de paradigma colonizador, de modo a restaurar valores como a hospitalidade. Baseada numa inovadora investigação de Doutorado que se originou de uma extensiva pesquisa etnográfica, o texto analisa uma rede mundial de viajantes, a *Couchsurfing*, para lançar novos olhares e perspectivas reflexivas sobre a relação entre o dom, enquanto moeda de acolhimento e reciprocidade, e processos de formação de práticas transculturais que são potencialmente decolonizadoras.

No texto seguinte, Willy Soto Acosta e María Fernanda Morales Camacho propõem uma reflexão sobre o fenômeno da integração regional nas relações internacionais enquanto disciplina acadêmica. De maneira inspiradora, os autores incorporam e articulam parte do acervo teórico existente na atualidade sobre integração regional a partir de duas perspectivas analíticas: o cosmopolitismo originário do eixo EUA-Europa e a “crítica à colonialidade do poder” originada na América Latina, que por sua vez constitui um dos principais pilares das chamadas “epistemologias do Sul”. Já o texto “Movendo o Centro: Colonialismo oculto e as

contribuições teóricas críticas e pós-coloniais para as Relações Internacionais” de Vico Melo e Marcos Costa Lima reflete sobre como parte das teorias críticas e pós-coloniais poderiam efetivamente contribuir para uma dinamização epistêmica no campo das relações internacionais, dando ênfase às “produções epistemológicas do Sul” e considerando a necessidade em mover o “centro” para outros pólos de saberes.

Dando continuidade à edição, temos o artigo de Sonia Marsela Rojas Campos, que se propõe a analisar o tema da deficiência desde uma perspectiva decolonial. A partir de ferramentas conceituais oferecidas pelo cosmopolitismo e pela decolonialidade latino-americana, a autora reflete sobre as matrizes de dominação, inferiorização, subalternização e desumanização que acompanham historicamente a configuração do imaginário social acerca da deficiência e do que seria “normal”. O texto possui a relevância analítica de contemplar teorias “pós-humanistas” para discutir como as novas tecnologias relacionadas ao corpo possibilitam configurações de subjetividade que redefinem o conceito de humanidade. Redefinições estas que permitem que o conceito de “diferença” possa emergir como novos sentidos e que os sujeitos pensem sobre si mesmos e suas relações com o mundo ao seu redor a partir de lógicas menos dicotômicas e, conseqüentemente, menos excludentes.

Encerrando a seção dos artigos, temos “*El Cosmopolitanismo y la Interculturalidad. Un análisis desde una contribución teórico-crítica*” do nosso colega equatoriano Luis Herrera Montero. Com perspicácia, o texto reflete sobre a pluralidade de povos e culturas latino-americanas a partir das urgências “cosmopolitas” de conviver e coexistir neste mundo, sem desconsiderar o valor afirmativo das diferenças sociais, nem tampouco negligenciar o “conflito dignificante e emancipador” que enfrenta a uma globalização homogeneizante e, ao mesmo tempo, fracionária.

Por fim, temos a resenha de Julie Hanna de Souza Cruz e Costa sobre o livro “Guía sobre post-desarrollo y nuevos horizontes utópicos”, organizado por Paulo Henrique Martins, Marcos de Araújo Silva, Bruno Ferreira Lira e Éder Lira de Souza Leão, cuja 1ª edição, publicada em 2014 pela Estudios Sociológicos Editora (ESE) de Buenos Aires (Argentina). Acreditamos que se trata de um número profícuo, instigante, que traz reflexões inovadoras e pertinentes que saem dos “lugares-comuns” e que abrem diversas perspectivas de análise, tanto em termos de premissas epistemológicas, quanto de aprofundamento e dinamização/atualização de questões reflexivas “clássicas” nas áreas do cosmopolitismo, do antiutilitarismo e da pós-colonialidade.

A realidade de algumas populações tradicionais, sociedades camponesas e grupos urbanos marginalizados na América Latina, na Ásia e na Europa são contempladas nesta edição, na qual o conjunto de artigos apresentados evidenciam como o antiutilitarismo e a pós-colonialidade não apenas dialogam com o(s) cosmopolitismo(s), como também ajudam na visualização da sua diversidade e do seu potencial como um mecanismo para fortalecer lutas políticas por mais equanimidade social. Uma leitura cuidadosa dos textos desta edição aponta para essa premissa: unidade na diversidade. Por mais que nos sintamos diferentes dos dalits indianos ou dos quéchuas bolivianos e por mais que estejamos inseridos em realidades socioculturais e históricas distintas, nossos desejos e nossas lutas por mais justiça e igualdade, nos unem, nos aproximam. É neste sentido que somos todos humanos, somos todos cosmopolitas. Podemos ver o mundo a partir de cosmologias diferenciadas, porém não lograremos viver melhor enquanto não formos capazes de perceber e valorizar o que nos une à humanidade apesar das diferenças e adversidades: nossa unidade em meio a tanta diversidade. Boa leitura a todas e todos.

Recife e San José, julho de 2015

Ana Flávia Andrade de Figueiredo

Marcos de Araújo Silva

Willy Soto Acosta